

Jornalismo e Acessibilidade: TV INES - Primeira webTV Acessível do Brasil ¹

Jonara Medeiros SIQUEIRA²

Joana Belarmino de SOUZA³

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

O presente artigo analisa a produção jornalística da TV INES, primeira webTV acessível do Brasil, bilíngue (em português e na Libras). Para tanto, investiga as rotinas produtivas de um canal que aplica uma narrativa educativa por meio de um formato inovador, que integra surdos e ouvintes por explorar diversos suportes e dispositivos audiovisuais. Para realização do estudo, o texto busca referencial teórico nas produções de e Martín-Barbeiro (1997), Wolton (2006) e Carol Padden (2009). Desse modo, a iniciativa favorece o exercício de um jornalismo acessível que possibilita o protagonismo das pessoas com deficiência nessa comunicação.

Palavras-chave: Direito à comunicação; Jornalismo Acessível; Pessoas com Deficiência; Webjornalismo; TV INES;

A referente artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisas em Jornalismo, Mídia, Acessibilidade e Cidadania - GJAC, pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Dedicado em compreender os processos que vinculam a produção jornalística na perspectiva de que a mesma assegure acessibilidade e cidadania às pessoas com deficiência, mais particularmente às pessoas surdas, sujeitos desta pesquisa.

O estudo pretende contribuir com os estudos científicos no âmbito do jornalismo e da acessibilidade por meio da análise de uma experiência inédita no Brasil e com poucas similares no mundo: uma webTV⁴ acessível, a TV INES⁵. A sua programação prioriza a Língua Brasileira de Sinais (Libras⁶), reconhecida, no Brasil, em 2002, que tem léxico e

¹ Trabalho apresentado no DT de Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Caruaru - PE – 07 a 09/07/2016.

² Mestra em Jornalismo Profissional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professora na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: jonaramedeiros@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação e Professora na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: joanabelarmino00@gmail.com.

⁴ WEB TV, ou TV pela Internet, é a transmissão de sinais televisivos pela internet podendo ser sob a forma de Vídeo sob demanda ou Streaming em tempo real.

⁵ Disponível em: <http://tvines.com.br/>.

⁶ A língua brasileira de sinais (Libras) é a língua de sinais (língua gestual) usada pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros e reconhecida pela Lei. É derivada tanto de uma língua de sinais autóctone, que é natural da região ou do território em que habita, quanto da língua gestual francesa; por isso, é semelhante a outras línguas de sinais da Europa

gramática próprios e distintos da Língua Portuguesa. Desse modo, a programação da TV INES apresenta todo o conteúdo bilíngue, com legendas e locução em português, para que a grade possa integrar surdos e ouvintes⁷.

A TV INES nasceu em 2013, numa parceria entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos⁸ (INES) e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), no Rio de Janeiro, com a proposta de disponibilizar conteúdo audiovisual acessível ao público surdo. Seu conteúdo exclusivo é diversificado e inclui filmes, notícias, desenhos animados, além de programas de esporte, cultura e tecnologia. Há também produções de parceiros, que são adaptadas para Libras. Além de educar, a TV INES permite que a comunidade surda possa, de fato, ficar inteirada sobre os acontecimentos da atualidade, ao oferecer acesso à cultura e às notícias. Essa ação comunicacional possibilitou, em 2014, pela primeira vez, a cobertura televisiva de uma Copa do Mundo de futebol para o público surdo.

No âmbito das mídias, que é o que aqui nos interessa, compreender a rotina de produção construída nesse campo jornalístico é o objetivo principal. Sendo assim, podemos reconhecer essa produção da TV INES como referência para uma comunicação acessível.

Suas produções também estão inseridas na complexa dinâmica de elaboração de conteúdos com acessibilidade. Esse modo de fazer apresenta características próprias, especificidades que tanto utilizam técnicas produtivas convencionais, como também podem colaborar com novas estratégias adotadas nos processos comunicativos comerciais.

Nesse sentido, faz-se necessária a contextualização do lugar onde consumidores/internautas da TV INES estão, apontado dados que revelam o contexto onde essas pessoas que buscam por informação estão imersas. Quinze por cento da população mundial vive com alguma forma de deficiência. Na América Latina são 79 milhões e, no Brasil, segundo o censo do IBGE/2010 - quase 46 milhões.

e da América. A Libras não é a simples gestualização da língua portuguesa, e sim uma língua à parte, como o comprova o fato de que em Portugal usa-se uma língua de sinais diferente, a língua gestual portuguesa (LGP).

⁷ Na cultura surda, faz parte do senso comum chamar-se ouvinte àquele que ouve, em contraste com o surdo, que não ouve (total ou parcialmente). Nessa cultura, o termo ouvinte pode também referir-se à cultura das pessoas que ouvem, normalmente diferenciando-as da cultura dos surdos.

⁸ É o centro nacional de referência na área da surdez, no Brasil órgão do Ministério da Educação. Localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro das Laranjeiras, foi a primeira instituição nesta área no Brasil, fundado pelo imperador Pedro II em 1856.

A região Nordeste tem a maior taxa de prevalência de pessoas com pelo menos uma das deficiências: 26,3%. Essa tendência foi mantida desde o Censo de 2000, quando a taxa foi de 16,8%, a maior entre as regiões brasileiras. Contudo, a maior incidência da deficiência, entre os estados brasileiros, ocorreu nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, com taxas de 27,76% e 27,58%, respectivamente. Esses dados estão bem acima da média nacional, que é de 23,9%.

Considerando a população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza. A visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, presente entre 7% da população, seguida da deficiência auditiva, com 5,10% e a deficiência mental ou intelectual, que atinge 1,40% dos brasileiros.

Estudos do Ministério da Saúde revelam que 95% dos milhões de surdos no Brasil vivem em família de ouvintes. Quando estudamos a cultura surda, percebemos a tendência do senso comum em denominar, como ouvinte, àquele que ouve, em contraste com o surdo, que não ouve (total ou parcialmente). Por isso, a inclusão faz parte de todo o processo de construção da TV INES, orientando ações no sentido de integrar os surdos à sociedade. Tendo em vista que a programação educativa é formatada para veiculação em qualquer TV, desponta como protagonista em aplicar a acessibilidade no contexto multimidiático de uma WebTV que trabalha com (vídeos, textos, fotografias, redes sociais e aplicativos) entre as suas estratégias de produção jornalística.

Sendo assim, o estudo em curso tem como principal vertente a reflexão sobre a tal produção, embora não tenha a pretensão de formatar conceitos ou estabelecer verdades absolutas, mas explorar o projeto em sua dinâmica interativa de modo a revelar caminhos que integrem a inclusão nas práticas comunicacionais como uma das possibilidades de exercício do direito humano à comunicação pela comunidade surda.

Para tanto, a pesquisa busca revelar o processo comunicacional do programa Café com Pimenta, da TV INES que, assim como as produções convencionais de TV presente nos veículos comerciais, também parte da pauta, passando pela produção, edição, produto final, distribuição e interações. Contudo, essa produção evidencia, de imediato, alterações no processo do padrão desenvolvido no fazer televisivo, justamente por incorporar

elementos de “tradução ou interpretação” das notícias em linguagem de sinais para os telespectadores surdos.

Essa produção diferenciada gera, assim, uma ampla discussão acerca da cobertura dos temas relacionados ao universo das pessoas com deficiência e o seu tratamento no fluxo televisual para que os produtos sejam inclusivos, na tentativa de propagar a construção de novas concepções de formatos jornalísticos baseados no desenho universal⁹.

Desse modo, o estudo pretende contribuir com análises da abordagem realizada nessa webTV quando trabalha a linguagem em sentido mais amplo, configurado no âmbito da formatação de uma programação televisiva bilíngue. Nesse contexto, ainda se inserem, pontualmente, outras línguas gestuais do mundo, introduzidas na formatação da pauta/programação, com recursos de locução e legendagem (ferramentas que garantem a aplicabilidade dos recursos de acessibilidade, voz e texto). Essas apropriações alteram o modelo padrão da TV e seu discurso de linguagem audiovisual que não dispõe, ainda, de tais dispositivos para o consumo informativo igualitário por toda a sociedade.

O Cenário da Mídia Brasileira e as Pessoas com Deficiência

Todas as manhãs, as pessoas que querem saber o que está acontecendo no mundo leem o jornal, escutam a rádio, veem a televisão, ou navegam pela internet, consumindo uma produção especial: as notícias. Nesse sentido, os próprios meios de comunicação são os que se apresentam como transmissores da realidade social (ALSINA, 2009, p. 09). Alguns fenômenos da mídia são mais antigos do que, em geral, se imagina. As séries atuais de televisão copiam o modelo das novelas radiofônicas, que, por sua vez, se moldam nas histórias em capítulos de revistas do século XIX. Nesse ritmo, constatamos que os formatos se replicam, as práticas são absorvidas e as informações giram em torno dessa engrenagem.

Em meio ao cenário extremamente diversificado da sociedade, é necessário perceber as dinâmicas agendas de mobilização dos grupos minoritários que buscam, nos últimos anos, ser notícia em sua totalidade: aquela que dialoga em igualdade, buscando a garantia à plena inclusão social das pessoas, inclusive as com deficiência.

⁹ Um processo que aumenta a segurança, funcionalidade, saúde e participação social, através do design e a operação de ambientes, produtos e sistemas em resposta à diversidade de pessoas e habilidades.

Todavia, ainda é possível visualizar um panorama de incomunicação alimentado ao longo do tempo, uma vez que a formatação da construção da notícia apresenta lacunas, tanto do ponto de vista do fazer jornalístico quanto pela conduta ética padronizada nas escolas de jornalismo e empresas de comunicação. Historicamente, o cenário das práticas jornalísticas se revela inacessível para uma grande parcela da sociedade, sobretudo quando visualizamos que, possivelmente, parte da população foi atingida por graves formas de segregação, em grande parte, invisíveis diante das recentes conquistas da cidadania. Neste caso, percebemos que há interdição ao direito à comunicação.

A comunicação é percebida, em todo o caso, como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças. (...) O que significa que neles [meios de comunicação] não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das maiorias, não somente se comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 63).

Para discutir e problematizar a imagem construída sobre a deficiência na sociedade é preciso resgatar uma conotação negativa, estigmatizada, quando percebemos que a deficiência da pessoa era representada como a sua única característica, sendo, muitas vezes, desprezados e ignorados outros aspectos individuais, como as emoções, os atributos intelectuais, o gênero, a religião, as competências e potencialidades.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que os meios de comunicação têm particular responsabilidade sobre a formação da opinião do seu público “consumidor”. A mídia, pela natureza do seu campo, contribui para a naturalização de comportamentos sociais, principalmente no que diz respeito aos conteúdos e às imagens que veiculam sobre as pessoas com deficiência, o que necessariamente pode não dialogar com o conceito de “comunicar” apresentado por Dominique Wolton:

Comunicar é *ser*, isto é, buscar sua identidade e sua autonomia. É também *fazer*, ou seja, reconhecer a importância do outro, ir ao encontro dele. Comunicar é também agir. Mas é igualmente admitir a importância do outro, portanto, aceitar nossa dependência em relação a ele e incerteza de ser compreendido por ele. (WOLTON, 2006, p. 15).

No caso das pessoas com deficiência, é preciso ressaltar que, sem espaço nos meios convencionais, essa troca de ideias e sentidos com a sociedade fica restrita, acabando por

não propiciar que esse segmento esteja presente no debate público. Não podemos ignorar que o rádio e a televisão representam as únicas formas de acesso à informação para boa parte da população do país¹⁰. Entretanto, para além do problema de concentração midiática no Brasil, será importante pensarmos também no processo histórico de formação dos jornalistas, tendo em vista que o modelo comercial historicamente aplicado como engrenagem move quase que por totalidade os conteúdos de massa e a qualificação de muitos profissionais geralmente é direcionada para a sua inserção profissional em ambientes comerciais de produção de notícias.

O pleno exercício do direito humano à comunicação define que as pessoas devem ter acesso a todos os meios de produção de conteúdo, de modo que o público pode passar de mero receptor a protagonista do processo, como ocorre com a produção acessível da TV INES e o programa Café com Pimenta, que está incluindo pessoas surdas tanto na produção, quanto na discussão das pautas e produções de programas em WebTV. A comunicação, no contexto dessas práticas inclusivas, deve significar compartilhamento, diálogo, diferentemente da extensão.

Comunicação é interação cultural, é diálogo, enquanto a extensão é monólogo, invasão cultural. O discurso extensionista é opressor, enquanto o da comunicação dialógica é libertador. Análogo à educação bancária, extensionista, o projeto hegemônico de comunicação da modernidade, apresenta uma tendência ao exercício de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos. (GOMES, 2007, p.29)

Jesus Martín-Barbero apresenta uma noção muito mais ampla da comunicação:

Comunicar foi e continuará sendo algo muito mais difícil e amplo que informar, pois comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros homens em duplo sentido: reconheçam seu direito a viver, a pensar diferente e reconheçam a si mesmos nessa diferença, ou seja, que estejam dispostos a lutar a todo momento pela defesa dos direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios. (MARTÍN- BARBERO, 2001, p. 70-71)

¹⁰ A Pesquisa Brasileira de Mídia (2015), encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ao IBOPE, revela que 95% dos brasileiros assistem TV regularmente e 74% a veem todos os dias. O estudo também aponta que 55% da população acessa diariamente as emissoras de rádio. O levantamento ouviu mais de 18 mil pessoas em todo o País. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em: 10/07/2015, as 15h.

É certo que a comunicação dialógica se dá na existência de uma relação entre sujeitos que pensam e problematizam sua própria realidade, o que nos afasta da concepção condutista, que previa um receptor inerte, apenas vítima dos programas dos meios de comunicação. Mas, de qual comunicação estamos falando? Daquela que busca o diálogo, ou da que trabalha para manter as pessoas em sua ignorância ou obscurantismo, em meio à consolidação de uma indústria de bens simbólicos?

Comunicação significará então colocação em comum da experiência criativa, reconhecimento das diferenças e abertura para o outro. O *comunicador* deixa, portanto, de figurar como intermediário – aquele que se instala na divisão social e, em vez de trabalhar para abolir as barreiras que reforçam a exclusão, defende o seu ofício: uma comunicação na qual os *emissores-criadores* continuem sendo uma pequena elite e as majorias continuem sendo meros receptores e espectadores resignados – para assumir o papel de *mediador*: aquele que torna explícita a relação entre a diferença cultural e desigualdade social, entre diferença e ocasião de domínio e a partir daí trabalha para fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores e criadores do que o dos meros consumidores. (MARTÍN-BARBERO in MORAES, 2003, p. 69)

A questão permanece: a quantidade de tais meios sob o comando de poucos e a capacidade de circulação de informação através deles podem favorecer o exercício da comunicação?

Nunca tantos homens foram mantidos em incomunicação por um grupo tão pequeno. O número daqueles que têm o direito de escutar e de ver não cessa de crescer, ao passo que se reduz vertiginosamente o número daqueles que têm o privilégio de informar, de exprimir, de criar. A ditadura da palavra única e da imagem única, bem mais devastadora que a do partido único, impõe em todo lugar um mesmo modo de vida e outorga o título de cidadão exemplar àquele que é consumidor dócil, espectador passivo, fabricado em série, em escala planetária, de acordo com um modelo proposto pela televisão comercial americana (GALEANO in MORAES, 2006, p. 149-150).

No caso das pessoas com deficiência, é preciso ressaltar que, sem espaço nos meios convencionais, essa troca de ideias e projetos com a sociedade fica restrita, acabando por não propiciar que esse segmento esteja presente no debate público. Não podemos ignorar

que o rádio e a televisão ainda representam as únicas formas de acesso à informação para boa parte da população do país.

Um marco atual é a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), n.º 13.146 de 6 de julho de 2015, onde no título II da acessibilidade, capítulo II, que traz as diretrizes do acesso à informação e à comunicação. O artigo Art. 63¹¹ aponta:

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

§ 1º Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque.

No Art. 67: Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - Subtitulação por meio de legenda oculta¹²;

II - Janela com intérprete da Libras¹³;

III - Audiodescrição¹⁴.

¹¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 20 de julho de 2015, às 18h.

¹² Closed Caption, conhecido também como Legenda Oculta é uma ferramenta de acessibilidade que tem por objetivo, transcrever falas, identificar sons e personagens. Essa ferramenta é destinada especificamente para sujeitos surdos. Será trabalhado mais a fundo o conceito dessa ferramenta no desenvolvimento do tópico 3.7 do capítulo desse trabalho.

¹³ Seu formato corresponde a um espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais. Entretanto, nem todos os programas televisivos contam com esse recurso e, quando o disponibilizam, não o fazem em um formato adequado. Para compreender a LIBRAS é necessária a visualização dos gestos das mãos e da expressão facial, mas, normalmente, a veiculação da imagem é feita em pequenas janelas no canto da tela, fugindo do modelo ideal (BRASIL, 1999, p. 16).

¹⁴ A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual junto ao público de produtos audiovisuais. O recurso consiste na tradução de imagens em palavras. É, portanto, também definido como um modo de tradução audiovisual intersemiótico, onde o signo visual é transposto para o signo verbal. Essa transposição caracteriza-se pela descrição objetiva de imagens que, paralelamente e em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral da narrativa audiovisual. Como o próprio nome diz, um conteúdo audiovisual é formado pelo som e pela imagem, que se completam. A

Assim também o destaque para o Art. 68 que determina, ao poder público, o dever de adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

Entretanto, para além do problema de concentração midiática, será importante pensarmos também na formação dos jornalistas. Tendo em vista que o modelo comercial historicamente aplicado é a engrenagem que move quase que por totalidade, os conteúdos de massa e a qualificação de muitos profissionais geralmente é direcionada para a inserção profissional nesses ambientes comerciais de produção de notícias.

Os surdos como sujeitos coletivos no Brasil

Para definir o que significa uma comunidade surda, iremos resgatar o pensamento da pesquisadora surda e linguista Carol Padden:

Uma Comunidade Surda é um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha as metas comuns de seus membros e, de vários modos, trabalha para alcançar estas metas. Portanto, em uma comunidade surda pode ter também ouvintes e surdos que não são culturalmente surdos. Já a Cultura da pessoa Surda é mais fechada do que a comunidade Surda. Membros de uma cultura surda comportam como as pessoas surdas, usam a língua das pessoas surdas e compartilham entre si das crenças das pessoas Surdas e com outras pessoas que não são Surdas¹⁵.

Tentando dialogar com a pesquisadora, podemos identificar que um dos maiores desafios dessa comunidade é o de atuar como protagonista nos campos da cultura e da comunicação. Esses lócus são entendidos como ambientes que estão intimamente

audiodescrição vem então preencher uma lacuna para o público deficiente visual. (ELIANA FRANCO – UFBA) disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: 25/11/2014, às 14h.

¹⁵ Retirado de <http://enflibras.blogspot.com/2009/03/cultura-surda.html>. Acesso em: 25/01/2015, às 13h.

relacionados à construção da identidade do povo surdo em uma sociedade de falantes que têm os meios de comunicação como forte referência.

É bem verdade que os surdos têm diversas formas de expressão e de organização social. Além disso, há inúmeras experiências e grupos de surdos que se aliam de acordo com suas demandas e desejos de representação. Não podemos, apenas, compreender, no mosaico social onde trafegam identidades plurais e manifestações ecléticas, a existência de uma única cultura surda. Vamos passar a adotar, então, o termo “culturas surdas”, não como uma forma de enquadramento, mas, de significação do que não pode ser classificado no singular por conta da riqueza de sua própria apresentação no tecido social.

Conclui-se que a cultura surda é transmitida de geração em geração, através da língua de sinais, portanto, se faz necessário para a construção da identidade do “ser surdo”, sendo um traço próprio do povo surdo, tornando possível a expressão das subjetividades. (...) A cultura surda é profunda e ampla, ela permeia, mesmo que não a percebamos, como sopro da vida ao povo surdo com suas subjetividades e identidades. (...) Mesmo que existam os diferentes grupos culturais, cada grupo não vive isolado, em seu mundo particular, mas, sim todos os grupos convivem e passam por conflitos em emaranhado de relações. (STROBEL, 2008, p. 112)

E é dessa forma que as primeiras comunidades surdas do meio urbano surgem, no Brasil, como lugares de encontro, de troca de saberes, de conhecimentos e de reconhecimento de identidades construídas com base na inter-relação entre mais variadas expressões das culturas surdas. Esses grupos também surgiram como forma dos seus integrantes tentarem entender quais as particularidades da sua condição no mundo. Os grupos podem, também, servir com parte da preparação dos surdos para lidar com as restrições impostas pelo fato de conviverem em um mundo socialmente estruturado majoritariamente para pessoas ouvintes.

Com a oficialização da Libras, em abril de 2002, inicia-se a abertura de novos espaços para o povo surdo, mas ainda há rixas por parte de alguns profissionais que trabalham com sujeitos surdos e dos surdos oralizados. Para estes profissionais oralistas, a língua de sinais é limitada e primitiva, não sendo aconselhável seu uso, bem como acreditam que a mesma atrapalha no treinamento da fala e na integração dos surdos à sociedade (STROBEL, 2008, p. 83).

Percebemos, portanto, que os surdos estão se organizando para reforçar uma cultura que constitui sua própria identidade. Uma cultura que estabelece contatos com a sociedade de um modo geral, mas que pode se afirmar como parte de um processo de resistência à homogeneização cultural e desses sujeitos de direitos que estão saindo dos guetos de suas comunidades, das margens da sociedade para o centro dela. Desse modo, os movimentos de surdos estão emergindo como objeto de investigação dos estudos culturais, uma vez que tencionam a reprodução das desigualdades e reivindicam que essa suposta diferença cultural seja politizada e visibilizada. E a presença e participação deles na comunicação, por meio das produções da TV INES, como o Café com Pimenta, podem significar passos importantes para a saída dessa cultura das margens da sociedade brasileira para galgar status de sujeito político no campo do jornalismo inclusivo e acessível.

TV INES – Acessível Sempre

Sabe aquela tela minimizada, no canto inferior da sua TV, ela tem uma função social, você sabia? A janela traz a Libras, para que os surdos possam receber informação igualmente, por meio da garantia de visualização do intérprete utilizando a língua gestual. Alguns acham que incomoda. Que é feio. Também há quem acredite ser desnecessário. Será que todos sabem qual utilidade que aquela janela tem para quem usa as mãos para se comunicar e falar? É invertendo essa lógica comercial e tentando utilizar a televisão como canal educativo, que a TV INES surge, em 2013, numa proposta de webTV bilíngue, produzindo todo o conteúdo com legendas e locução em português, numa grade de programação linear, integrando surdos e ouvintes.

Numa parceria entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), nasce esse projeto pioneiro que desafia esse percurso comercial da TV aberta, que historicamente alimenta muitas barreiras para aplicar recursos de acessibilidade. A TV INES, apresenta um formato audiovisual que explora o ambiente de web em seu total contexto de multimídia. A produção de um canal de televisão bilíngue revela narrativas audiovisuais que integra públicos por estar em diversos ambientes ao mesmo tempo, possibilitando múltiplas interações.

O País tem mais de 9,7 milhões de pessoas com dificuldade auditiva, de acordo com o último Censo do IBGE/2010. Por isso, cresce entre surdos e ouvintes o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) – reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei 10.436, sancionada no dia 24 de abril de 2002. A estreia da TV INES na internet também se deu num 24 de abril – reforçando a relação entre a conquista legal dos surdos brasileiros e a conquista de um canal de *webTV* acessível a todos.

A TV INES produz os programas Aula de Libras, Super Ação, Cinemão, Panorama Visual, Café com Pimenta, Manuário, Tecnologia em Libras, Gera Mundos e Comédia da Vida Surda – este último, ainda inédito. Há também programas adaptados de outros canais e produtoras como “Momento Ambiental” e “Via Legal”, do Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS); “Visual”, da TV Brasil; “Brasil Eleitor”, do TSE; “Interesse Público”, do Ministério Público Federal; e “Salto para o Futuro”, da co-irmã TV Escola – um canal igualmente produzido pela Acerp.

Em janeiro de 2014, a programação passou a ser oferecida 24 horas, mesmo estando na *web* com uma grade intensa, desde o lançamento, em 2013, a TV vai se estabelecendo em diversos espaços, com uma dinâmica que garante cada vez mais protagonismo por parte das pessoas com deficiência, com ênfase nos surdos. Em 24 de abril de 2014, data de seu primeiro aniversário, a TV INES estreou seu novo e mais acessível portal¹⁶ de internet. Além de assistir a todos os vídeos produzidos e exibidos pelo canal, o usuário pode também enviar seus vídeos colaborativos, comentar as publicações, avaliar os programas e interagir com a TV INES nas redes sociais, sem precisar sair do portal.

Nessa nova roupagem, dispõem de streaming¹⁷ e vídeo on demand - VoD¹⁸, tablets e televisões conectadas à internet. Além de aplicativos gratuitos para celulares, em

¹⁶ Disponível em: <http://tvines.com.br/>. Acesso em 19 de março de 2015.

¹⁷ É uma forma de distribuição de dados, geralmente de multimídia, em uma rede através de pacotes, através da Internet. Em *streaming*, as informações não são armazenadas pelo usuário em seu próprio computador não ocupando espaço no Disco Rígido (HD), ele recebe o "stream", a transmissão dos dados - a mídia é reproduzida à medida que chega ao usuário, dependendo da largura de banda seja suficiente para reproduzir os conteúdos.

¹⁸ Vídeo a pedido também conhecido pelo termo inglês vídeo on demand (VoD), é uma solução de vídeo sobre xDSL, ou outra tecnologia banda larga. Por meio de uma página Web na tela da TV, o assinante pode escolher diferentes tipos de filmes e programas de TV que estejam disponíveis em VoD. A solução consiste em enviar conteúdos em formato de vídeo, karaokê, jogos, etc. - sob demanda ou continuamente -, utilizando redes de banda larga de operadoras de comunicação.

aparelhos com sistema android¹⁹, iOS²⁰ e em fase de desenvolvimento para Windows Phone. A equipe de profissionais de televisão é composta por surdos, ouvintes, tradutores intérpretes e profissionais do Ines. O balanço elaborado pela TV, em janeiro de 2015, aponta o alcance de cerca de 315 mil visitas no portal, 2.3 milhões de minutos de streaming, 7 mil downloads de aplicativos para smartphone e 68 mil visualizações de VoD.

Desde a sua estreia, a TV INES conquista de maneira crescente e constante grande audiência nas diferentes plataformas e, em maio de 2014, ganhou o Troféu do Júri no Prêmio Oi Tela Viva Móvel – principal premiação para inovação em conteúdo móvel no Brasil. A organização também conquistou o prêmio de público na categoria “Mobilidade para Conteúdo Audiovisual”, oferecido pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão - SET.

Em 2014, também ocupou mais um canal, a TV NBR²¹, a emissora é educativa, e transmite através de streaming, A TV do Governo Federal, já gera outro alcance para os conteúdos acessíveis da TV INES, imergindo programas bilíngue, com legendas descritivas e locução, onde, em sua transmissão, se gera uma provocação natural: porque a programação por completo, não é assim? Funciona? Quais questionamentos estão por vir? Os telespectadores estão percebendo a diferença nas produções?

Seguimos, agora, entendendo os processos, narrativas e construções acessíveis com enfoque na experiência do Programa Café com Pimenta, especificamente. Em maio de 2015, a ACERP inicia a transmissão via satélite da TV INES. Na web 24 horas por dia, a programação da TV INES também pode ser sintonizada por parabólica. As transmissões via

¹⁹ Android é um sistema operacional móvel (SO) com uma interface de usuário baseada na manipulação direta, o Android é projetado principalmente para dispositivos móveis com tela sensível ao toque como *smartphones* e *tablets*; com interface específica para TV (Android TV), carro (Android Auto) e relógio de pulso (Android Wear). Aplicativo em Android da TV INES, disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.ines.tv>. Acesso em 20 março de 2015, às 15h.

²⁰ iOS (antes chamado de iPhone OS) é um sistema operacional móvel da Apple Inc. desenvolvido originalmente para o iPhone, também é usado em iPod touch, iPad e Apple TV. A interface do usuário do iOS é baseado no conceito de manipulação direta, utilizando gestos em multi-toque. A interação com o sistema operacional inclui gestos como apenas tocar na tela, deslizar o dedo, e o movimento de "pinça" utilizado para se ampliar ou reduzir a imagem. Aplicativo iOS da TV INES, disponível em: <https://itunes.apple.com/us/app/tv-ines/id609048808?mt=8>. Acesso em 20 de março de 201, às 10h.

²¹ TV NBR é um canal de notícias governamentais brasileiro. O intuito da emissora é informar sobre ações do Poder Executivo, além de difundir programas de teor educativo, cultural e serviços de utilidade pública. Disponível em: <http://conteudo.ebcservicos.com.br/streaming/nbr>. Acesso em 01 de abril de 2015, às 16h.

satélite iniciaram em abril e ainda estão em fase experimental. O objetivo é ampliar a audiência do canal.

A programação é distribuída através do satélite Star One C1, para todo o território nacional, com sinal digital aberto, transmitido, nesta fase inicial, na resolução SD (standard definition). A iniciativa abre novas frentes para a TV INES. Além de aumentar o alcance de público do canal, a transmissão via satélite facilita parcerias com as TVs por assinatura. Outro projeto é equipar os Centros de Atendimento aos Surdos (CAS), localizados em 26 cidades brasileiras, para receber o sinal do canal. Para assistir à programação da TV INES pela parabólica é preciso sintonizar através do: Star One C1; Freq 4127MHz/ Symbol Rate 4069 / Fec: 2/3 – Polarização Horizontal.

Considerações Finais

As rotinas de produção acessível em WebTV demandam, para além de um esforço técnico e tecnológico, a adoção de estratégias voltadas para que o conteúdo possa ser compreendido por diversos públicos. Desse modo, são necessárias experimentações também no campo das rotinas produtivas. O olhar precisa partir das salas, sejam elas de redação, da organização social, da rua para a rua, de qualquer ponto. A teia precisa se reinventar para viabilizar a produção do conteúdo. As rotinas de elaboração devem, para tanto, incorporar especificidades tanto com relação às linguagens e narrativas, quanto para que a inclusão ocorra de modo a permitir que os sujeitos dessa comunicação (pessoas com deficiência), atuem como protagonistas do processo jornalístico, enquanto produtores e receptores ativos dos conteúdos.

Portanto, a realização desse trabalho de pesquisa poderá colaborar, ainda, com a instituição de um campo de estudos que estimulem novas análises acerca das interfaces entre a produção jornalística televisiva, as pessoas com deficiência e os direitos humanos no Brasil. Trabalhos esses, que demonstrem onde a articulação entre acessibilidade e convergência pode garantir a apropriação das pessoas com deficiência à internet. Neste caso, não se trata de “reinventar” o jornalismo por meio da acessibilidade, mas talvez a inclusão, assim como outros contextos sociais, sejam uma “desculpa”, para que através do ciberespaço se possa recuperar os princípios do jornalismo, degenerados ao longo de sua exploração comercial.

REFERÊNCIAS

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** – Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf> . Acesso em 20/06/2015.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como Direito Humano: Um Conceito em Construção.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2007. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/gomes_comunicacao_como_dh.pdf. Acesso em 20/04/2010, às 20h.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação. *In*: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder.** Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 57-86.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação.** São Paulo: Paulus, 2006.